



## PARECER JURÍDICO

**Parecer Jurídico nº 161/2022**

**Concorrência nº 001/2022**

**Processo: 00220401/22**

**Requerente:** Departamento de Licitações

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE JURUTI, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO FDE Nº 010/2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI E A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, ATRAVÉS SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE JURUTI/PA.**

O presente parecer tem o intuito de atender a solicitação feita pelo Departamento de Licitações, para análise do Processo Licitatório, especialmente a Ata de Sessão, Minuta da Proposta e seus Anexos, pertinentes à Contratação de Empresa para **CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE JURUTI, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO FDE Nº 010/2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI E A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**, conforme **Edital Concorrência 001/2022**, que compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para julgamento das atas de sessão e critérios.

Como regra, os serviços contratados pelo Poder Público devem se submeter ao devido processo licitatório, em conformidade com os ditames da Lei nº 8.666/93, possibilitando assim que particulares interessados possam participar e competir entre si, com igualdade de condições, visando realizar a contratação mais benéfica à Administração Pública. Para que seja o procedimento válido este deve seguir o que



dispõe a Lei nº 8.666/93, que estabelece rito, atos e requisitos necessários para todos os processos licitatórios, senão vejamos:

" Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;"

Conforme o dispositivo legal transcrito acima, a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, ou seja, seguir todo um rito formal.

No presente processo consta a autorização do agente público competente para a abertura da licitação, no caso o Secretário Municipal de Infraestrutura, bem como a indicação detalhada do objeto, conforme Memorial Descritivo, além do plano de trabalho referente ao convênio FDE nº 010/2022, firmado entre o Município de Juruti e a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, devidamente assinado pela prefeita municipal, sendo que o valor do convênio firmado transferido pela seplad será de **R\$ 3.983,654,99 (três milhões novecentos e oitenta e três mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos)**, sendo a contrapartida municipal no valor de **R\$ 621.726,50 (seiscentos e vinte e um mil setecentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)**.

Consta no processo o projeto básico e o memorial descritivo contendo todos os detalhes da obra, conforme dispõe o art. 7º da lei 8666/93:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

- I - Projeto básico;
- II - Projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços.



Além disso, **constam nos autos a planilha de custos**, bem como a justificativa do presidente da comissão sobre o levantamento de custos.

Quanto à indicação do recurso que suportará a despesa **a Contabilidade declarou que existe no orçamento municipal vigente dotação orçamentaria para a referida contratação**, conforme termo de declaração 008/2022, em anexo ao processo, e obedecendo o que dispõe o artigo 7º, § 2º, Inciso III da lei 8666/93 disposto abaixo:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

(...)

**§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:**

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

**III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; (grifo nosso)**

IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o [art. 165 da Constituição Federal](#), quando for o caso.

No que tange a escolha da modalidade, correta foi a escolha da comissão, uma vez que a concorrência é adequada para o presente caso, tanto sob o aspecto financeiro (conforme reza o Art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666/93), por se tratar de serviços engenharia com valor estimado em **R\$ 4.605.381,49 (QUATRO MILHÕES SEISCENTOS E CINCO MIL TREZENTOS E OITENTA E UM REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)**, quanto pelo aspecto de complexidade conforme disposto abaixo:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#) [\(Vide Decreto nº 9.412, de 2018\)](#) [\(Vigência\)](#)

(...)

**c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);** [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#) [\(Vide Decreto nº 9.412, de 2018\)](#) [\(Vigência\)](#) (grifo nosso).



Referente as condições do edital, devem ser observadas as disposições do art. 40 da Lei de Licitações, senão vejamos:

***"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:***

***I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;***

***II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;***

***III - sanções para o caso de inadimplemento;***

***IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;***

***V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;***

***VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;***

***VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;***

***VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;***

***IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;***

***X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1 e 2º do art. 48;***

***XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que***



***essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;***

***XII - (Vetado).***

***XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;***

***XIV - condições de pagamento, prevendo:***

***a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela***

***b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;***

***c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;***

***d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;***

***e) exigência de seguros, quando for o caso;***

***XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;***

***XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;***

***XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.***

Analisada a minuta do Edital, a Assessoria Jurídica opina no sentido de que esta atende aos requisitos constantes no art. 40 da Lei nº 8.666/93, em seu aspecto formal e legal, portanto, a minuta se encontra apta para ser publicada.

Quanto a análise de preenchimento dos ditames da Lei de Licitações, especialmente aos requisitos elencados no art. 55 e demais normas relativas ao procedimento analisado, vejo que a minuta contratual está devidamente instruída, constando ainda a minuta do edital e demais documentos afins, objetos de análise e aprovação neste parecer.

O art. 55 da Lei 8.666 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.



Examinando a minuta do contrato administrativo afere-se que reflete a legalidade e contém todas as cláusulas obrigatórias, previstas no art. 55 da lei 8.666/93.

O procedimento está em conformidade com a Lei de Licitação e Contratos Administrativos e os instrumentos da espécie, bem como atendendo às exigências relacionadas à execução propriamente dita do objeto da licitação e do futuro contrato, motivo pelo qual opino pela aprovação do procedimento com seus respectivos anexos que foram submetidos à análise.

Este é o parecer, s.m.j. ficando, no entanto, submetido à apreciação da Senhora Prefeita Municipal para quaisquer considerações, com ênfase no sentido de que o Processo em apreço se encontra, portanto, dentro das formalidades legais até o presente momento, conforme consta dos autos, salvo melhor justificativa.

Derradeiramente, anoto que está o presente processo condicionado à apreciação e aprovação da autoridade superior.

Retornem os autos a Comissão Permanente de Licitação.

É o Parecer,

Juruti- PA., 26 de abril de 2022.

**MARCIO JOSE GOMES DE SOUSA**  
**SOCIEDADE INDIVIDUAL DE**  
**ADVOCACIA**  
**CNPJ: 33.583.450/0001-03**  
**OAB/PA 10516**

**ADREAN HENRIQUE CASTRO DE**  
**ALMEIDA**  
**OAB/PA 29.455**  
**Assessor Jurídico da CPL**